



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011013-71.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Instituição Paulista Adventista de Educação e Assistência Social Região Administrativa Oeste**
 Requerido: **Rita de Cassia Fracola Musetti**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

INSTITUIÇÃO PAULISTA ADVENTISTA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL propôs ação de cobrança em face de RITA DE CÁSSIA FRACOLA MUSETTI. Alega que prestou serviços educacionais aos filhos da requerida, sendo que esta se encontra inadimplente no montante de R\$5.540,69, referente aos meses de janeiro a maio de 2016. Aduz que tentou solucionar a questão de maneira amigável por diversas vezes, restando sempre infrutíferas as tentativas. Requereu os benefícios da Justiça Gratuita e a condenação da requerida ao pagamento dos valores em aberto.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 07/65.

Citada (fl.88), a ré apresentou contestação (fls. 89/91). Reconheceu que manteve contrato de prestação de serviços educacionais para seus filhos, com a autora, sendo que já foram tentados diversos acordos para o pagamento da dívida, os quais restaram infrutíferos. Propôs o pagamento mensal de R\$200,00, considerando seus ganhos. Requereu os benefícios da Justiça Gratuita. Juntou documentos às fls. 92/101.

Réplica às fls. 105/106. A autora não aceitou a proposta oferecida.

A autora juntou documentos às fls. 109/113.

É o Relatório.

Decido.

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, incisos I e II do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Ressalto que com o recolhimento das custas, ficou prejudicado o pedido da gratuidade ofertado pela requerente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Pois bem, a autora comprova com os documentos de fls. 56/63 a relação jurídica entre as partes, bem como a contratação mencionada na inicial.

Não houve impugnação quanto à efetiva prestação do serviço mencionado e tampouco quanto à inadimplência. Ao contrário, a ré reconhece a existência da dívida e se limita a propor o parcelamento do débito, de modo que satisfaça suas necessidades.

Entretanto, cabe destacar que a autora não é obrigada a suportar o comportamento da ré, e muito menos em concordar com o parcelamento de dívidas, sendo o que basta.

As planilhas de cálculo apresentadas às fls. 64/65 pormenorizam o débito, sendo que, à falta de impugnação quanto ao valor imputado, este será tido como verdadeiro. Cabível a incidência de juros e correção monetária. A correção monetária se dará a partir do vencimento e os juros de mora desde a citação.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil para condenar a ré ao pagamento de R\$5.540.69. Os valores deverão ser corrigidos monetariamente desde a data de cada vencimento, de acordo com a tabela prática do TJSP, além de incidência de juros monetários de 1% ao mês desde a citação.

Condeno a parte requerida ao pagamento das despesas, custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor da condenação.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, com ou sem resposta, encaminhem os autos ao E. Tribunal de Justiça.

Com o trânsito em julgado, querendo, a parte autrora deverá apresentar planilha atualizada de seu crédito e requerer, no prazo de 30 dias, o início da fase de cumprimento de sentença, nos moldes do art. 523 e 524 do NCPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Apresentado o requerimento os autos irão para a fila - processo de conhecimento em fase de execução. Nada sendo requerido, encaminhem-se os autos ao arquivo, sem prejuízo de posterior desarquivamento, a pedido da parte.

P.I.

São Carlos, 27 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**